



**ACÓRDÃO Nº533/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11827/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Maria Dalzira de Souza Pimentel (Ordenador de Despesa), Jose Antenor Barbosa Ferreira Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1420/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Revelia. Multa. Regularidade com ressalvas. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular a Prestação de Contas** do Sr. **Jose Antenor Barbosa Ferreira Filho**, responsável pela **Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas no período de 01/01/17 a 26/10/2017, conforme dispõe o Art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão da impropriedade 1 não sanada;
- 10.2. **Considerar revel** o Sr. **Jose Antenor Barbosa Ferreira Filho**, nos termos do Art. 20, §4º, da Lei nº. 2.423/96-LOTCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. **Jose Antenor Barbosa Ferreira Filho**, Diretor da Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga à época dos fatos, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave



**ACÓRDÃO Nº533/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

infração à norma legal, nos termos do Art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM c/c Art. 54, VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados neste Relatório-Voto quanto à permanência do item 1, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Sra. Maria Dalzira de Souza Pimentel**, responsável pela **Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga**, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesas no período de 27/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do Art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM;
- 10.5. Determinar à Maternidade de Referência da Zona Leste de Manaus Ana Braga**, nos termos do Art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM que observe com rigor a legislação vigente no que toca à exigência de processo licitatório, nos termos dos arts. 2º, 24, 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e adote um sistemático planejamento de suas compras, a fim de evitar o fracionamento de despesa, sob pena de multa por reincidência nos termos do Art. 308, IV, alínea "b", do RITCE/AM.
- 10.6. Notificar os senhores Jose Antenor Barbosa Ferreira Filho e Maria Dalzira de Souza**, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tomem ciência do decisório.

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 27 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº533/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral